MINISTÉRIO DA GUERRA

1.ª Direcção Geral

3.ª Repartição

LEI N.º 269

Em nome da Nação, o Congresso da República decreta, e eu promulgo, a lei seguinte:

Artigo 1.º Ao primeiro sargento, Rodolfo, n.º 1 da 4.ª companhia, e n.º 7 de matrícula do batalhão n.º 1 da guarda nacional republicana, são dispensadas, para o ingresso no quadro especial de oficiais, a que se refere o decreto com força de lei de 3 de Maio de 1911, publicado na *Ordem do Exército* n.º 10, 1.ª série, de 6 do mesmo mês e ano, as condições 2.ª e 3.ª do artigo 3.º do citado decreto com força de lei, pois que as habilitações que possuía como segundo sargento do corpo de marinheiros da armada, donde provêm, lhe davam direito à promoção a oficial para o quadro auxiliar do serviço naval.

Art. 2.º Fica revogada a legislação em contrário.

Os Ministros do Interior e da Guerra a façam imprimir, publicar e correr. Dada nos Paços do Governo da República, e publicada em 3 de Agosto de 1914.—*Manuel de Arriaga*—*Bernardino Machado*—*António Júlio da Costa Pereira de Eça*.

MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS

Direcção Geral dos Negócios Comerciais e Consulares

1.ª Repartição

Segundo informa o Conselho Federal Suíço a Bélgica aderiu em 18 de Junho próximo findo à Convenção e Acôrdo assinados em Washington, a 2 de Junho de 1911, sobre propriedade industrial e registo internacional de marcas de fábrica e de comércio, mediante a declaração seguinte:

«Conquanto a redacção do artigo 4.º-bis da Convenção revista da União não pareça suscitar dúvida alguma, tem sido formuladas, em certas publicações que se occupam especialmente da propriedade industrial, apreciações divergentes a respeito da interpretação do § 2.º

Como reconheceu a delegação italiana no decurso da conferência de Washington, deve o dito artigo ser entendido no sentido de que, no tocante à duração normal, a independência absoluta das patentes não se applica às patentes requeridas depois dos prazos de prioridade. Consequentemente, em conformidade do artigo 14.º da lei belga de 24 de Maio de 1854 a duração duma patente denominada «de importação» passada nestas condições, não poderá exceder, em caso algum, o prazo mais longo pelo qual a patente houver sido anteriormente concedida no estrangeiro.

As patentes requeridas durante o prazo de prioridade serão consideradas como patentes de invenção, com a duração normal de vinte anos, e absolutamente independentes das patentes de origem».

Direcção Geral dos Negócios Comerciais e Consulares, em 28 de Julho de 1914.—O Director Geral, *A. F. Rodrigues Lima*.

MINISTÉRIO DO FOMENTO

Direcção Geral das Obras Públicas e Minas

Repartição de Minas

DECRETO N.º 719

Usando da faculdade que me confere o n.º 3.º do artigo 47.º da Constituição Política da República Portu-

guesa, e dando cumprimento à lei n.º 268, de 30 de Julho de 1914: hei por bem aprovar o regulamento da mesma lei, que baixa assinado pelo Presidente do Ministério e Ministro do Interior, e pelos Ministros das Finanças e do Fomento.

Os mesmos Ministros assim o tenham entendido e façam executar. Dado nos Paços do Governo da República, e publicado em 3 de Agosto de 1914.—*Manuel de Arriaga*—*Bernardino Machado*—*António dos Santos Lucas*—*João Maria de Almeida Lima*.

Regulamento à lei n.º 268, de 30 de Julho de 1914

Artigo 1.º Toda a entidade que deseje assegurar o direito de descoberta e a concessão de quaisquer aluviões metalíferas, deverá, em conformidade com o artigo 8.º do decreto de 30 de Setembro de 1892 e com o regulamento para o aproveitamento das substâncias minerais, de 5 de Julho de 1894, apresentar na câmara municipal do concelho em que o jazigo estiver situado uma nota do descobrimento, segundo o modelo no mesmo regulamento fixado, seguindo-se em tudo o mais a legislação de minas ora vigente.

Art. 2.º Só poderá ser exportado ou vendido o minério proveniente de minas ou de depósitos aluviais que tenham obtido alvará de concessão em conformidade com os preceitos estabelecidos na lei e no regulamento mencionados no artigo anterior.

Art. 3.º Todo o concessionário ou seu representante que deseje realizar a exportação de substâncias metalíferas e de combustíveis minerais, provenientes de concessões instituídas, ou a dos produtos do seu tratamento químico ou metalúrgico, deverá requisitar à Circunscrição Mineira, a que a mina ou oficina pertencerem, um certificado de exportação, conforme o modelo apenso a este regulamento, e válido por um ano civil.

Art. 4.º Todo o concessionário ou seu representante que deseje fazer circular dentro do território da República substâncias metalíferas, combustíveis minerais e produtos do tratamento químico ou metalúrgico de origem portuguesa, deverá requisitar à Repartição de Minas um ou mais livros de cem ou duzentas guias do modelo junto a este regulamento, numeradas e rubricadas pelo chefe da Circunscrição a que a mina pertencer e seladas com o selo branco da mesma Circunscrição. Estas guias deverão ser preenchidas pelo concessionário ou representante para cada remessa.

§ 1.º Estes livros, que custarão 1\$ ou 2\$, conforme tiverem cem ou duzentas guias, serão pagos por estampilhas fiscaes coladas no requerimento.

§ 2.º A guia que deve acompanhar o minério em trânsito será entregue nas respectivas delegações aduaneiras e postos de despacho ou à autoridade administrativa do local da venda, quando o minério não for exportado, sendo por esta ou por aquelas remetido à circunscrição mineira respectiva.

§ 3.º Um dos talões das guias ficará em poder da mina, para ser presente a qualquer delegado técnico da circunscrição mineira que o requisiar, sendo o segundo talão da mesma guia enviado, pelo concessionário ou seu representante, directamente à circunscrição mineira respectiva, dentro do prazo de trinta dias, contado a partir da data em que a remessa teve lugar.

Art. 5.º O não cumprimento das disposições acima indicadas dará lugar à apreensão do minério e à sua venda em hasta pública, revertendo o produto da venda para a Fazenda Nacional, sempre que se não prove a legitimidade da origem do minério em trânsito, sendo os contra-ventores relegados ao Poder Judicial.

§ único. As autoridades administrativas, à guarda re-

publicana e à guarda fiscal cumpre realizar a apreensão do minério que circule no país e que não esteja nas condições legais.

Art. 6.º As substâncias metalíferas e combustíveis minerais de origem estrangeira, assim como os produtos do tratamento químico ou metalúrgico de origem estrangeira que transitem pelo país, deverão ser acompanhados duma guia passada pelo posto aduaneiro da fronteira por onde se realizou a sua entrada, e por este remetido ao posto de saída, que o enviará à circunscrição mineira respectiva.

Art. 7.º As substâncias minerais e os produtos do seu tratamento químico ou metalúrgico, bem como os combustíveis minerais provenientes do estrangeiro e destinados a ser consumidos no país, poderão circular com um certificado de vendedor, que será entregue no local de aplicação à autoridade administrativa ou aos postos de despacho que, pelas vias competentes, os remeterão à circunscrição mineira respectiva.

Art. 8.º Pela direcção fiscal da exploração dos caminhos de ferro e pelo conselho de administração dos Caminhos de Ferro do Estado serão dadas as instruções necessárias para que não seja realizado o despacho de qualquer partida de minério, sem que tenham sido apresentadas as guias a que se refere o artigo 4.º ou o certificado a que se refere o artigo 7.º, devendo essa apresentação constar da escrituração das companhias dos caminhos de ferro ou da dos Caminhos de Ferro do Estado.

Paços do Governo da República, em 3 de Agosto de 1914.—Bernardino Machado—António dos Santos Lucas—João Maria de Almeida Lima.

Modêlo do certificado
Circunscrição mineira do ...
Certificado de exportação

Distrito ...
Concelho ...
Freguesia ...

Mina de ...
Concessionário ...
Representante ...

Fica o concessionário ou seu representante autorizado a exportar minério de ... proveniente da mina de ... nos termos da lei n.º ...

Este certificado é válido até ...

Circunscrição mineira do ...

Em ... de ... de 19 ..

O Engenheiro Chefe da Circunscrição,
F.

Nota das quantidades de minério-exportado

Meses	Qualidade dos minérios, classes e teores	Quantidades em toneladas métricas

Modêlo de guia

<p>N.º ...</p> <p>Remete (a) ... (b) ... para ...</p> <p>Pelo itinerário abaixo indicado conforme o disposto na lei n.º ...</p> <hr/> <p>Dias—Via de transporte, caminho e localidade do percurso</p> <hr/> <p>Data.</p> <p>Assinatura.</p> <p>(a) Nome da mina e situação. (b) Número por extenso de toneladas métricas de minério e seu teor.</p> <p>Para ficar na mina.</p>		<p>N.º ...</p> <p>Remete (a) ... (b) ... para ...</p> <p>Pelo itinerário abaixo indicado conforme o disposto na lei n.º ...</p> <hr/> <p>Dias—Via de transporte, caminho e localidade do percurso</p> <hr/> <p>Data.</p> <p>Assinatura.</p> <p>(a) Nome da mina e situação. (b) Número por extenso de toneladas métricas de minério e seu teor.</p> <p>Para acompanhar a remessa.</p>		<p>N.º ...</p> <p>Remete (a) ... (b) ... para ...</p> <p>Pelo itinerário abaixo indicado conforme o disposto na lei n.º ...</p> <hr/> <p>Dias—Via de transporte, caminho e localidade do percurso</p> <hr/> <p>Data.</p> <p>Assinatura.</p> <p>(a) Nome da mina e situação. (b) Número por extenso de toneladas métricas de minério e seu teor.</p> <p>Para enviar à circunscrição mineira.</p>
--	--	---	--	---

8.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Por ter saído com inexactidões, novamente se publica o seguinte decreto:

DECRETO N.º 711

Sob proposta do Ministro do Fomento e com fundamento na lei n.º 244, publicada em 16 do presente mês de Julho; usando da faculdade que ao Governo confere o n.º 1.º do artigo 34.º da lei de 9 de Setembro de 1908 e o artigo 4.º da lei de 29 de Abril de 1913; aguardadas as prescrições do § 3.º do citado artigo 34.º e as do artigo 1.º do decreto n.º 2 de 15 de Dezembro de 1894;

e tendo ouvido o Conselho de Ministros: hei por bem decretar que seja aberto no Ministério das Finanças, a favor do Ministério do Fomento e devidamente registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública, um crédito especial da quantia de 8.292\$, destinado à satisfação dos encargos resultantes do cumprimento da referida lei n.º 244; devendo este crédito ser consignado no artigo 60.º, capítulo 5.º do orçamento da despesa do segundo dos mencionados Ministérios para o presente ano económico de 1914-1915 e descrito no respectivo desenvolvimento pela forma em seguida designada, em substituição da verba de 2.616\$, atribuída ao pessoal artístico